



Revista Historiar

ISSN: 2176-3267

Vol. 18 | Nº. 34 | Jan./Jun. de 2026

Laura Vargas Dicheti

Universidade Federal de Santa Maria
lauravargasdicheti@gmail.com

A REVOLUÇÃO FARROUPILHA EM DISPUTA: Distorcionismos Históricos pelo Movimento O Sul é Meu País.

RESUMO

O presente artigo analisa os usos de memória da Revolução Farroupilha pelo movimento separatista O Sul é Meu País (OSMP). Com base na historiografia sobre revisionismo, negacionismo e distorcionismo, identificamos práticas que manipulam seletivamente o passado para legitimar projetos políticos atuais. Observam-se elementos como nostalgia, mitificação e a mobilização de símbolos para construir uma identidade sulista idealizada. A partir disso, argumentamos que o OSMP produz uma leitura distorcida da história, alinhada a padrões recorrentes em movimentos de direita radical.

Palavras-chave: Distorcionismos; Memória; Revolução Farroupilha; O Sul é Meu país.

ABSTRACT

This article analyzes the uses of memory of the Revolução Farroupilha by the separatist movement O Sul é Meu País (OSMP). Based on historiography on revisionism, negationism, and distortionism, we identify practices that selectively manipulate the past to legitimize contemporary political projects. Elements such as nostalgia, mythification, and the mobilization of symbols are observed in the construction of an idealized southern identity. From this, we argue that the OSMP produces a distorted reading of history, aligned with recurring patterns found in far-right movements.

Keywords: Distortionism; Memory; Revolução Farroupilha; O Sul é Meu País.

Introdução¹

Em 2017, o Movimento O Sul é Meu País (OSMP) realizou um plebiscito denominado “Plebisul”, com o objetivo de consultar a população sobre a possível separação dos três estados do sul do Brasil (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) do restante do país. A iniciativa buscava avaliar o apoio popular à criação de uma nova nação independente, denominada República do Sul. Sem reconhecimento oficial ou validade jurídica, a pesquisa ouviu 364.256 pessoas nos três estados. Segundo o OSMP, 96% dos participantes teriam se declarado favoráveis ao separatismo regional (OSMP, 2017). De acordo com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE, 2017), o número total de eleitores aptos a votar naquele momento nos três estados era de aproximadamente 21,2 milhões. Embora seja difícil estabelecer comparações confiáveis, dado que a pesquisa não foi realizada por órgãos oficiais ou com metodologia reconhecida, os dados têm sido utilizados pelo movimento como argumento para legitimar a proposta de separação².

Em suas ações e discursos, o movimento separatista recorre frequentemente a referências históricas para buscar legitimidade e construir uma identidade coletiva distinta. Entre essas referências, a Revolução Farroupilha (1835–1845) ocupa lugar de destaque, sendo reinterpretada como símbolo de resistência, autonomia e espírito republicano. A apropriação do passado farroupilha é central na narrativa do OSMP, que o utiliza como fundamento histórico e moral para justificar a busca pela independência sulista. Ao contrário das batalhas armadas, as disputas em torno dos patrimônios políticos e simbólicos da Revolução Farroupilha não se encerraram com o Tratado de Ponche Verde, que trouxe a paz à província em 1845 (Zalla e Menaget, 2011, p. 52). O legado farroupilha permanece como terreno de disputa interpretativa, sendo constantemente revisitado e ressignificado de acordo com as demandas políticas.

¹ A elaboração deste artigo teve como base os debates e leituras realizados durante a disciplina de Seminário de História, Poder e Cultura do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria – PPGH da UFSM.

² O OSMP não é o único grupo a defender a autonomia ou a separação política do Sul do Brasil. Outros movimentos de cunho regionalista, como o Movimento Pampa Livre e o Partido República Farroupilha, foram iniciativas menores e com atuação mais limitada. Segundo Gabriel Aver (2023, p. 913), o Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (TRE-RS) indeferiu o pedido de registro do Partido República Farroupilha, alegando que sua proposta contrariava a Constituição Federal ao violar o princípio da soberania e da integridade nacional, encerrando, com isso, a mobilização pela fundação do partido. Já o Pampa Livre, defendia uma separação centrada prioritariamente no Rio Grande do Sul, o que dificultou a construção de diálogos com movimentos nos estados do Paraná e de Santa Catarina, prejudicando a consolidação da organização. Dessa forma, nas últimas décadas, o OSMP se estabeleceu como o movimento mais estruturado e com maior capacidade de mobilização social na região.

Diante disso, o presente artigo analisa como o OSMP mobiliza essa memória histórica para legitimar seu projeto separatista. Partindo do conceito de distorcionismo histórico (Joffily; Ramalho, 2024), entendemos que o movimento seleciona e manipula elementos do passado para construir uma narrativa identitária e política. Também recorremos aos conceitos de mitologização e nostalgia de Valencia-García (2020), bem como às contribuições de Ignas Kalpokas (2019). Para a análise documental, selecionamos os materiais que mencionam diretamente a Revolução Farroupilha e que estão disponíveis no site oficial do movimento: a Carta de Princípios (OSMP, s.d.) e a Declaração de Direitos do Povo Sul-Brasileiro (OSMP, 2007). No caso do vídeo, “História Sulista - Revolução Farroupilha” (2025), foram escolhidos os trechos que, em nosso entendimento, melhor evidenciam os recursos utilizados pelo OSMP, permitindo compreender como a Revolução Farroupilha é instrumentalizada.

Negacionismos, Revisionismos e Distorcionismos Históricos

O negacionismo tem sido tema de intensos debates nos últimos anos, especialmente no contexto da ascensão das direitas. Para Marcos Napolitano (2022), esse conceito deve ser compreendido como uma estratégia de negação deliberada de consensos científicos, articulada por meio de ações sociais organizadas de desinformação. Seu objetivo é ocultar interesses econômicos que causam impactos humanos e socioambientais significativos ou encobrir responsabilidades por crimes de guerra e crimes contra a humanidade. No campo da história, como argumentam Patrícia Valim, Alexandre de Sá Avelar e Berber Bevernage (2021, p. 15), o negacionismo histórico se manifesta por meio de um mosaico de discursos, práticas e representações que buscam legitimar interpretações específicas de passados sensíveis, especialmente aqueles marcados por violência, extermínio e dominação de grupos vulneráveis. Trata-se de uma forma de mentira organizada, voltada a proteger interesses ideológicos extremistas ou interesses políticos e econômicos de herdeiros de perpetradores de violências massivas.

Napolitano (2022) ainda diferencia o negacionismo do que ele chama de revisionismo ideológico, frequentemente confundido com o processo legítimo de revisão historiográfica. Enquanto a revisão histórica surge do avanço do

conhecimento, da emergência de novas perspectivas, de perguntas sociais e da descoberta de fontes inéditas, o revisionismo ideológico age de maneira contrária. Ele se utiliza de formulações científicas fora de contexto, anacronismos, seletividade intencional de fontes e generalizações de casos particulares para questionar ou minar interpretações historiográficas consideradas dominantes. Segundo Napolitano, o historiador se ocupa do estudo dos processos de memória, que não se confundem com o conhecimento histórico, embora possam dialogar com ele. Nesse sentido, o estudo do negacionismo e do revisionismo ideológico devem ser encarados como uma análise de fenômeno político e social, e não como uma opinião fundamentada cientificamente.

No debate sobre os conceitos, Mariana Joffily e Walderez Ramalho (2024) propõem uma nova categoria: o distorcionismo. Para eles a distinção estabelecida por Napolitano entre revisionismo histórico e revisionismo ideológico pode criar uma fronteira perigosa entre ambos os conceitos. Pois apresentam dois lados completamente opostos no modo do tratamento do passado. Com isso, usá-los dessa maneira, poderia gerar uma falsa aproximação. Com base nessas considerações, os autores propõem o uso dos termos da seguinte maneira: Revisionismo, reservado exclusivamente às pesquisas historiográficas fundamentadas em procedimentos teórico-metodológicos reconhecidos pelo campo; Negacionismo, para designar empreendimentos que negam acontecimentos históricos amplamente consolidados; Distorcionismo, para se referir a operações que deturpam, distorcem ou falsificam documentos, interpretações e narrativas sobre o passado, movidas por interesses mercadológicos, políticos e/ou ideológicos (Joffily; Ramalho, 2024).

Sobre o distorcionismo, trata-se de operações deliberadas de manipulação do passado que, embora aparentem seguir métodos historiográficos, carecem de compromisso com o conhecimento histórico. As práticas distorcem fontes, dados e interpretações, simulando diálogo com a historiografia para legitimar narrativas orientadas por interesses próprios. Torna-se assim um fenômeno duplamente nocivo, tanto por seus procedimentos metodológicos quanto pelos efeitos que produz no campo disciplinar, ao difundir uma espécie de propaganda enganosa travestida de produção científica (Joffily; Ramalho, 2024, p. 12).

Concordamos com Joffily e Ramalho quanto à concepção de distorcionismo, bem como à crítica à noção de “revisionismo ideológico”. Em vez de contribuir para o avanço do conhecimento acumulado, esse tipo de abordagem tende a confundir-lo, produzindo distorções daquilo que a historiografia busca esclarecer. Assim, adotamos o conceito de distorcionismo em nossa análise, por entendermos que ele abrange de forma mais adequada o fenômeno observado. Ainda que o OSMP não realize necessariamente uma discussão direta com a historiografia, o movimento recorre em diversos momentos a fontes históricas e questiona consensos historiográficos estabelecidos, selecionando os fatos que são mais úteis para seus interesses.

A Farroupilha em disputa de memória

Antes de analisarmos as narrativas construídas após o conflito, é necessário salientar que a Revolução Farroupilha não teve um caráter homogêneo. Os discursos que circulavam durante a própria guerra estavam inseridos no campo de batalhas, revelando divergências e tensões internas. As queixas dirigidas ao governo imperial relativas às injustiças, à inaptidão em negociar e aos prejuízos causados aos cidadãos da província eram também apelos aos demais sul-rio-grandenses pela adesão à causa. Jocelito Zalla e Carla Menegat (2011, p. 51) alertam que o esquecimento dessa dimensão plural e conflituosa do discurso farroupilha contribuiu para a consolidação da imagem de uma província supostamente unida em sua revolta, o que acabou se transformando em um elemento central da identidade regional construída posteriormente. E, como veremos mais adiante, esse mesmo discurso foi apropriado pelo OSMP que o utiliza como parte central de sua retórica, ao tentar perpetuar a ideia de que ainda hoje existiria uma pretensa homogeneidade de ideias entre os integrantes da suposta nação sulina.

Zalla e Menegat (2011) elaboram uma genealogia da memória do mito farroupilha, que se estende ao longo de um século. Desde o próprio conflito, passando por sua apropriação política pelo projeto republicano, sua reinterpretação pela historiografia e culminando em sua ritualização pelo tradicionalismo gaúcho. Partimos da perspectiva proposta pelos autores para revisitar essas disputas de

memória, de modo a contextualizar o percurso que nos conduz ao objetivo central desta análise.

Os autores apontam que, nos primeiros anos após a Revolução Farroupilha, predominaram dois movimentos discursivos: o silêncio e a suspeita. O silêncio produziu uma memória subterrânea, marcada por arrependimentos e justificativas. Já a suspeita gerou vigilância e repressão contra a formação de uma identidade regional vista como negativa, reforçada pelas diferenças sociais e geográficas da província em relação ao restante do Império. Um exemplo desse processo aparece nas cartas de arrependimento de líderes farroupilhas, como Domingos José de Almeida, que, reintegrado à vida política imperial, passou a reconhecer os danos do conflito. A mudança decorreu tanto da satisfação das demandas da elite regional, especialmente a defesa dos interesses pecuaristas e o aumento do poder local, quanto da posterior reinterpretação da revolta, que deixou de ameaçar a reputação dos envolvidos e passou a ser vista como parte de sua trajetória política e de sua experiência acumulada (Zalla; Menegat, 2011, p. 52-53).

A partir da década de 1880, observa-se uma mudança nas formas de reivindicação da memória sobre a Revolução Farroupilha. Eduardo Scheidt (2002, p. 193-194) destaca que esse processo foi influenciado pela publicação de algumas obras³. A de Assis Brasil é apontada por Scheidt como a primeira obra favorável ao movimento, pois apresenta a revolta como resultado da opressão econômica e política exercida pelo Império, o que, na visão do autor, conferia legitimidade à causa farroupilha. Assis Brasil também refuta a interpretação separatista atribuída aos rebeldes, defendendo que a luta tinha como propósito a federação e que o caráter separatista emergiu apenas em resposta às condições impostas pela repressão imperial. Para Zalla e Menegat (2011, p. 55) está seria uma segunda fase da memória sobre o conflito. Ligada ao projeto do clube 20 de setembro, um clube republicano fundado por alunos do Rio Grande do Sul, que estudavam na Faculdade de Direito de São Paulo. Suas ideias estavam ligadas às bases de um federalismo por via republicana advindos de uma base específica do positivismo. Para fins ideológicos, a revolta começou a ser descrita como um movimento homogêneo em torno de ideias republicanas e de descentralização do Estado.

³ Como *Guerra Civil no Rio Grande do Sul*, de Tristão de Alencar Araripe de 1881, e *História da República Rio-Grandense*, de Joaquim Francisco de Assis Brasil no ano seguinte.

Assim, a memória dos farroupilhas passou a ser resgatada com a premissa de um pioneirismo, e seus líderes passaram a ser laureados e monumentalizados.

Mais de uma década depois, ainda com a vertente positivista e republicana, Alfredo Varela publica sua primeira obra sobre a Farroupilha⁴. Nela, o autor dá sua contribuição para a interpretação do conflito, sendo o primeiro a reconhecer na memória da Revolução Farroupilha um potencial político de uso estratégico. Em um contexto de insatisfação da elite sul-rio-grandense com os limites da autonomia obtida na República, ele transformou a lembrança da revolta em uma ameaça simbólica, sugerindo que a separação do Brasil poderia ser uma alternativa caso o federalismo não fosse respeitado. Dessa forma, retomava um recurso discursivo já utilizado em momentos anteriores (Zalla; Menegat, 2011, p. 56).

Sandra Pesavento (1985, p. 80) mostra que a estratégia deu frutos. A partir das ameaças separatistas do Partido Republicano Riograndense (PRR) o governo central não interveio sobre os conflitos internos do estado, desse modo não abrindo possibilidade de favorecer a oposição do partido. Segunda a historiadora, foi essa postura política que ajudou na aceitação e difusão da tese que a Farroupilha teria sido um movimento de cunho separatista. A partir disso, o final do século XIX e as primeiras décadas do XX foram marcados pela ascensão e consolidação do regime republicano de inspiração positivista no Rio Grande do Sul, período que teve como principais representantes o governo de Júlio de Castilhos e os sucessivos mandatos de Borges de Medeiros na presidência do estado, ambos do PRR.

Ademais, o folclorismo e a literatura influenciaram a disputa pela memória ao celebrarem um modo de vida percebido como em desaparecimento. O contraste entre luto e exaltação marcou intelectuais locais e contribuiu para consolidar o regionalismo como tema central, retomando elementos já presentes no romantismo nacionalista. Como apontam Zalla e Menegat (2011, p. 60), a Revolução

⁴ Alfredo Varela foi um dos principais historiadores da época sobre a Revolução Farroupilha e responsável por reunir um dos acervos documentais mais abrangentes sobre o período, composto por materiais recolhidos entre descendentes de farroupilhas ligados ao Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). A necessidade de documentar os acontecimentos também se transformou em uma disputa pelo controle dessa memória, na qual os republicanos levavam vantagem por abrirem novos espaços políticos e por retomarem o tema no debate intelectual (Pasavento, 1985; Zalla; Menegat, 2011). Atualmente, o acervo de cartas e documentos históricos reunido por Varela, considerado a principal fonte para os estudos sobre a Revolução Farroupilha, está sob custódia do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS) e carrega seu nome – a Coleção Varela.

Farroupilha foi fundamental para a exaltação da figura do gaúcho, associada a valores de republicanismo, federalismo e autonomia. Contudo, essa construção era ambígua: a ligação do gaúcho ao universo rural aproximava o Rio Grande do Sul da cultura platina, gerando dúvidas sobre sua identidade nacional.

As disputas pela memória da Revolta seguiram. Pesavento (1985) e Scheidt (2002) mencionam como os contornos da política nacional influenciaram essa arena. A Revolução de 1930 e a ascensão de Getúlio Vargas ao poder provocaram mudanças significativas na política nacional, assim como na do Rio Grande do Sul. A presença de um gaúcho na presidência, com um projeto de integração nacional, colocou em questão o antigo isolacionismo político adotado pelo estado durante a República Velha. Nesse novo cenário, a interpretação da Revolução Farroupilha como um movimento separatista e com influências platinas, até então coerente com o contexto político anterior, tornou-se inadequada. Diante das campanhas de nacionalização promovidas pelo governo, emergiu a necessidade de deixar mais brasileira a imagem do Rio Grande do Sul, o que levou à elaboração de uma nova memória sobre a revolta (Scheidt, 2002, p. 197).

Nessa conjuntura, um grupo de profissionais fundou o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS), inspirado no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, para organizar estudos sobre a história local. Embora privado, o instituto recebeu amplo apoio estatal e, nas primeiras décadas, funcionou como porta-voz oficial da memória gaúcha. Mesmo nos anos 1950, o governo ainda o acionava para orientar políticas de preservação, o que gerava disputas entre intelectuais com distintas visões (Zalla; Menegat, 2011, p. 60). Segundo Pesavento (1985, p. 81), os intelectuais do IHGRS desempenharam papel decisivo na redefinição da memória da Revolução Farroupilha. Ao rejeitar a ideia de separatismo e defender o movimento como federalista e “legitimamente brasileiro”, produziram uma narrativa escolarizada, idealizada e pouco crítica, que exaltava feitos heroicos e reforçava o prestígio das elites regionais.

A partir disso, Ieda Gutfreind (1992, p. 44) identificou a existência de duas linhas historiográfico-ideológicas: a primeira interpretação, chamada platina, enfatiza as trocas econômicas e culturais entre o Rio Grande do Sul e o Prata, reconhecendo certo caráter separatista na Revolução Farroupilha. E a segunda, de origem lusitana e ligada ao IHGRS, reforça o vínculo da província com a nação

brasileira, apresentando o gaúcho como herói defensor das fronteiras e reinterpretando a Farroupilha como um movimento patriótico e precursor do republicanismo nacional. Como se sabe, o centralismo de Getúlio Vargas prevaleceria. O episódio simbólico da queima das bandeiras estaduais, promovido pelo governo federal em 1937, expressou o novo contexto de repressão aos regionalismos e de negação das particularidades culturais.

Na década de 1940, surgiu um novo elemento que redefiniu os embates culturais no Rio Grande do Sul: o Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG). A partir da iniciativa de alguns estudantes do Colégio Júlio de Castilhos, que fundaram o 35º Centro de Tradições Gaúchas (CTG), começou a se organizar um grupo empenhado em “reviver a tradição”. Segundo Luiz Alberto Grijó (2012, p. 65), desde sua criação, o movimento vem conquistando adeptos e se tornando cada vez mais complexo, com divisões internas próprias. Além disso, o MTG passou a ocupar espaços significativos no mercado editorial, contando com programas de televisão e rádio, bem como presença em instituições públicas. A própria Secretaria Estadual da Cultura sente os efeitos dessas tensões, dividida entre os tradicionalistas ligados ao MTG e aqueles que defendem uma visão mais universal da cultura.

O projeto de invenção de tradições desenvolvido pelo MTG no Rio Grande do Sul se apoiou em representações sociais de longa duração, incluindo imagens literárias e historiográficas produzidas pela escrita erudita local. Na avaliação de Zalla e Menegat (2011, p. 63), a eficácia do movimento na década de 1950 decorreu tanto do uso estratégico da imprensa regional quanto da criação de um ritual de civismo gaúcho, encenado nos Centros de Tradições Gaúchas (CTGs). As práticas articulavam uma sociabilidade inspirada na hierarquia idealizada da estância, utilizavam o folclore para a elaboração de danças tradicionais. Nessa trama, a memória da Revolução Farroupilha voltou a ser central neste processo. A primeira atividade do grupo, que depois se tornaria um rito anual, articulava as duas figuras básicas do regionalismo: o militar-estancieiro, herói farroupilha, e o campestre, fundamento da economia e da cultura local. A simbologia aparecia no resgate do estandarte farroupilha e em atos cívicos. Assim nasceu a Ronda Gaúcha, com atividades artísticas, campeiras e debates, posteriormente transformada na Ronda Crioula e incorporada à Semana Farroupilha em 1964. Nas décadas seguintes, especialmente entre 1980 e 1983, o apoio oficial do governo estadual consolidou o

binômio tradicionalismo/farroupilha como mito identitário dominante (Zalla; Menegat, 2011, p. 66-67).

Desse modo, ao longo do tempo, a memória da Revolução Farroupilha foi mobilizada estrategicamente por diferentes grupos, cada um com interesses específicos. As disputas analisadas evidenciam aspectos importantes para a historiografia, como a seleção de elementos para a construção de narrativas e o controle e a disputa sobre acervos e fontes históricas relacionadas ao conflito. A análise que será apresentada sobre o OSMP representa mais um exemplo do uso desse mito fundacional, desta vez apropriado e instrumentalizado por um movimento separatista.

O Movimento O Sul é Meu País e Seus Distorcionismos

O movimento O Sul é Meu País foi fundado em 1992, no município de Laguna, Santa Catarina, por Adílzio Cadorin⁵. Atualmente, sua sede está localizada em São Sepé, cidade do interior do estado do Rio Grande do Sul, contando ainda com comissões em diversos municípios da região Sul⁶. Na Carta de Princípios do OSMP, entre os fatores que motivam a existência do movimento, são apresentados, fatores políticos, tributários, econômicos, geográficos, culturais, sociais, morais e históricos. Focaremos nos fatores históricos, descritos da seguinte maneira:

Por fatores semelhantes aos atuais, nossos ancestrais já empunharam a bandeira da Independência e da Autonomia. A República Juliana e a República Rio-Grandense são testemunhas seculares de que não estamos fazendo nada de novo, apenas dando vazão ao centenário ideal de autodeterminação que vem sendo cultivado pelo nosso povo. A Guerra do Contestado, a Revolução Federalista de 1893, a Revolução de 1930, a República de Lorena e a eclosão de outros movimentos políticos ocorridos nas diversas regiões que compõem os três Estados sulistas, nos legam a consciência de que a falta de Autonomia,

⁵ Adílzio Cadorin é advogado e político catarinense. Escreveu algumas obras sobre Anita Garibaldi, defendendo a tese, ainda debatida, de que seu nascimento teria ocorrido em Laguna (SC). É também fundador do Instituto Cultural Anita Garibaldi. No campo político, exerceu o cargo de vereador em Caxias do Sul entre 1976 e 1982 e de prefeito de Laguna de 2001 a 2004. De acordo com o Portal Unificado de Justiça Federal (2016), o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) condenou o ex-prefeito de Laguna por fraude em processo licitatório relacionado à atividade turística na região, com outros dois envolvidos.

⁶ Fernando Kulaitis e Gabriel Aver (2023, p. 3) afirmam que, em 2020, o movimento declarava possuir comissões municipais em 105 cidades da região Sul do Brasil, sendo 56 no Rio Grande do Sul, 33 em Santa Catarina e 16 no Paraná. Conforme previsto no estatuto, essas comissões estão subordinadas à diretoria nacional e têm como finalidade articular, nos municípios onde atuam, as demandas e orientações deliberadas pela assembleia geral e pela própria diretoria. Segundo os autores, os dados foram obtidos na página oficial do OSMP, porém, no momento da escrita do presente texto, essas informações não se encontram mais disponíveis.

sempre foi objeto de insatisfação sulina, seja plena ou parcial, motivo pelo qual entendemos que somos a continuação de história inacabada, que nos outorgou fortes exemplos de que somos herdeiros de uma personalidade aguerrida e que sabemos lutar para defender nossos ideais. Nós, os sulinos, quando o combate se tomava inevitável, sempre éramos chamados, desde os tempos do Império, ora para consolidar governos e formas de governo, ora para fixar e expandir fronteiras. Não é sem razão, que o sulino sempre afirmou orgulhoso, que as fronteiras brasileiras se consolidaram na “ponta de sua lança e nas patas de seus cavalos”. Somos um povo que tem seu passado escrito com o sangue e o trabalho de nossos ancestrais, e exatamente por termos consciência deste patrimônio histórico, é que nos sentimos responsáveis pela história que haveremos de deixar para os que vierem depois de nós. Somos amantes do trabalho e da liberdade, mas queremos ser os responsáveis pelo nosso destino (OSMP, s.d.).

Como podemos observar, a memória da Revolução Farroupilha é acionada logo no início, quando o movimento invoca a República Juliana e a República Rio-Grandense como indícios de uma suposta continuidade histórica. A evocação busca legitimar o projeto separatista atual, apresentando-o como a retomada de um ideal de autodeterminação pretensamente já presente entre os sulistas. Contudo, essa leitura simplifica o passado ao atribuir à revolta farroupilha um separatismo homogêneo que não se sustenta à luz da historiografia. Conforme veremos, embora existissem correntes separatistas entre os farrapos, essa não foi a motivação central do conflito. Trata-se de um distorcionismo destinado a conferir legitimidade ao movimento. Assim, observa-se um claro uso da memória histórica, no qual o passado é reinterpretado para reforçar a identidade reivindicada pelo movimento.

Na “Declaração de direitos do Povo Sul-Brasileiro”, redigida em 2007, outros trechos fazem alusões históricas, como:

Considerando a mentira histórica que o Brasil seria uma nação, quando na verdade é um Estado Plurinacional, e que prova maior não existe do que as sedições secessionistas ocorridas em todo seu território, tais como a “Confederação dos Palmares”, a República de Pernambuco, a Confederação do Equador, a Revolução Farroupilha, a República Catarinense, a Inconfidência Mineira, dentre outras; [...] Considerando que é direito e do interesse do Povo Sulista a retomada da trajetória Farroupilha, interrompida por um acordo obscuro, arrancado mediante coação “irresistível” e, portanto, juridicamente anulável (OSMP, 2007).

O excerto usa a estratégia discursiva ao agrupar diferentes conflitos. Uma operação historicamente imprecisa, que une movimentos de naturezas distintas para sustentar a tese de que o Brasil seria uma “mentira histórica” e que o Sul deveria “retomar” uma trajetória interrompida por um suposto acordo injusto. A

narrativa busca reconstruir a Farroupilha como um marco de resistência regional, reinterpretando seu desfecho como uma injustiça histórica que hoje poderia ser simbolicamente reparada pela separação. Contudo, estudos historiográficos sobre a Revolução Farroupilha mostram um quadro mais complexo.

Spencer Leitman (1979), ao analisar as raízes socioeconômicas da Guerra dos Farrapos, deixa evidente como os líderes Farrapos tinham suas ambições enquanto membros da elite da província, não como revolucionários motivados pelas questões sociais. As motivações para o conflito são várias⁷. Inicialmente, os farroupilhas não buscavam instaurar uma república, mas apenas destituir o governador provincial. Após a rejeição, pela Assembleia Provincial, do nome indicado pelo Império, muitos insurgentes abandonaram a causa e aderiram ao lado legalista. Só posteriormente, já em guerra, os rebeldes proclamaram a independência do Rio Grande. O movimento obteve algumas vitórias e chegou a estabelecer uma república no sul de Santa Catarina, além de organizar estruturas administrativas próprias, embora nunca tenha controlado de forma estável os principais centros urbanos e portos. Socialmente, porém, manteve-se fiel às hierarquias tradicionais, os estancieiros preservaram relações de dominação sobre escravizados e gaúchos, aceitando apenas libertações de combatentes, sem conceder emancipação plena (Leitman, 1979).

Não buscamos aqui realizar uma análise exaustiva do conflito, mas evidenciar a diversidade de ideias e motivações presentes no movimento. Longe de ser um corpo homogêneo orientado pelo separatismo, os farroupilhas abrigavam posições distintas. Segundo Leitman, o núcleo de conspiradores republicanos e separatistas era reduzido até entre os próprios insurgentes. Nem todos tinham ambições revolucionárias, alguns defendiam apenas um federalismo, sem necessariamente apoiar a ruptura com o Império (Leitman, 1979, p. 63–64). E,

⁷ Em primeiro lugar, havia uma insatisfação dos produtores rio-grandenses com a política fiscal do Império. Como o charque tinha seus principais consumidores nas regiões de *plantation*, sobretudo na zona cafeeira em expansão, o governo central buscava reduzir seu preço para baratear os custos de produção do café, então o principal produto da economia. Essa política contrariava os interesses dos criadores sulinos, que reivindicavam proteção para a carne salgada (Leitman, 1979, p. 137). Também no campo fiscal, o descontentamento envolvia o uso dos recursos provinciais pelo governo imperial e o aumento de impostos. O conjunto dessas tensões somava-se ainda ao ressentimento pela perda da Cisplatina, em 1828, atribuída por muitos rio-grandenses ao comando ineficiente de oficiais vindos de outras regiões. Além das questões internas, é importante considerar o contexto político mais amplo que agitava o extremo sul da América naquele período. Diversos projetos de soberania circulavam e competiam entre si, assim como os debates sobre o federalismo. Segundo Leitman (1979, p. 54-55), províncias uruguaias e argentinas tinham interesse na independência da região meridional do Império do Brasil naquele momento.

como já mencionamos, após o fim da guerra muitos líderes demonstraram arrependimento.

Partimos para a análise de um vídeo, publicado no canal de *Youtube* oficial do movimento em 10 de setembro de 2025, que faz parte de uma série de conteúdos, denominada “História Sulista”⁸. Neste vídeo, estão o atual presidente do movimento, que não faz muitos comentários durante o conteúdo. Além, de outra integrante que faz a mediação da entrevista. O entrevistado é um radialista, que se autodenomina historiador, Oberdã Pires. A entrevista é uma série de perguntas sobre a Farroupilha respondidas por Pires. Pires demonstra grande admiração por Bento Gonçalves, um dos principais líderes da Revolução Farroupilha, e faz menção reiterada à suposta traição que teria levado ao fim do conflito. Em determinado momento, relata uma visita à antiga residência de Bento e afirma que:

Eu me senti em casa. Parecia que eu estava voltando, como se tudo aquilo tivesse acontecido comigo. É difícil colocar em palavras, porque o sentimento é muito maior do que o que consigo expressar agora. Lembro que, no Seival, há um momento, que inclusive aparece no vídeo, em que estou olhando para aqueles campos onde ocorreu a batalha de 10 de setembro de 1836. Enquanto olhava, tudo parou. Meu cérebro parou. Eu parei completamente. Senti como se tivesse saído desta dimensão, desta época, e sido transportado para lá por instantes, como se eu tivesse vivido tudo aquilo (OSMP, 2025, 2min40s–3min10s).

Ainda ao relatar essa viagem, o entrevistado comenta um episódio específico: segundo ele, durante a visita, um espelho teria se quebrado justamente no formato e nos contornos do estado do Rio Grande do Sul. Para Pires, esse acontecimento seria um sinal simbólico da vontade de Bento Gonçalves quanto ao separatismo do estado na atualidade (OSMP, 2025).

O discurso analisado mobiliza elementos frequentemente associados aos revisionismos de ultradireita⁹. Conforme argumenta Louie Dean Valencia-García

⁸ O vídeo completo tem 1h36min37s, devido ao espaço e a extensão do conteúdo, focamos nossa análise em apenas alguns trechos, aqueles que de maneira mais explícita apresentam elementos mencionados por Valencia-García (2020) e que melhor evidenciam as estratégias utilizadas pelo movimento.

⁹ Há debates sobre os conceitos de extrema direita, direita radical e ultradireita. Para Cas Mudde (2021), a ultradireita seria o termo guarda-chuva, no qual estão a extrema direita e a direita radical. A primeira, rejeita por essência a democracia. Enquanto a segunda, é em teoria a favor da democracia, pois opera dentro do sistema, com políticos eleitos, mas questiona seus próprios fundamentos, como as instituições e valores centrais da democracia liberal. No caso do OSMP, sua classificação tende a aproximá-lo da direita radical, dado que alguns de seus apoiadores e simpatizantes alcançaram cargos por vias democráticas. No entanto, uma avaliação mais aprofundada seria necessária para conclusões mais precisas, especialmente porque o movimento não apresenta plena coesão interna. Valencia-García (2020)

(2020, p. 9), os revisionismos constroem uma história alterada por meio do revisionismo histórico, modificação ou rejeição de interpretações consolidadas do passado. Ao desenvolver essa noção, o autor elenca uma série de características recorrentes nesse tipo de distorção. Identificamos que, pelo menos, dois desses elementos sustentam a narrativa do OSMP e dialogam diretamente com as proposições do autor. O primeiro é a mitologização, que ocorre quando fatos históricos são substituídos por construções idealizadas. Esse aspecto se torna evidente quando o OSMP apresenta a Revolução Farroupilha como um mito fundador do suposto Estado Sulista. O segundo elemento é a nostalgia por um passado imaginado, frequentemente articulada a ideias de decadência ou à tentativa de apagar, minimizar ou selecionar fatos e narrativas históricas. A nostalgia aparece, por exemplo, nas reiteradas tentativas do OSMP de caracterizar a Farroupilha como uma revolta movida primordialmente por intenções separatistas, bem como na maneira idealizada com que evocam Bento Gonçalves e sua pretensa adesão a um separatismo contemporâneo.

Ignas Kalpokas (2019, p. 28) identifica características semelhantes ao discutir o que denomina de verdades afiliativas. O apelo a ideias previamente compartilhadas, mobilizando episódios selecionados da memória coletiva e experiências do passado, ainda que inadequados, truncados ou mutilados. Nesse processo, prevalece uma nostalgia orientada por uma fantasia coletiva de uma suposta era de ouro à qual a comunidade deveria retornar. O mesmo ocorre na forma como o OSMP aciona a memória da Revolução Farroupilha, a narrativa construída pelo movimento se ancora em representações já difundidas socialmente, apropriando-se de elementos consolidados do imaginário farroupilha para reforçar sua agenda política.

Combinado a isso, é também recorrente a presença de discursos de ódio. Cristiane Pauli de Menezes e Matheus Martins (2017), ao analisarem tanto as publicações oficiais do movimento quanto às manifestações de seus simpatizantes nas redes sociais, constataram que esses recursos frequentemente se apoiam em ideias de suposta superioridade do Sul em relação ao restante do Brasil. Os autores identificam, de forma recorrente, a presença hegemônica de elementos racistas e

utiliza *Far-Right*, o termo equivalente a “extrema direita” e mais difundido em pesquisas em língua inglesa. Utilizaremos o termo “ultradireita” apenas ao citar autores que mencionam uma direita extremada de maneira mais ampla e “direita radical” ao apresentar nossas próprias análises sobre o OSMP.

preconceituosos, que sustentam e justificam, no discurso separatista, uma visão hierarquizada do país.

Ainda segundo Valencia-Garcia (2020), projetar o presente sobre o passado para justificar interpretações atuais pode gerar linhas do tempo alternativas que, quando manipuladas, resultam em histórias alternativas. O uso distorcido da história rejeita consensos historiográficos e ignora a complexidade do passado, produzindo narrativas que ameaçam a própria função da disciplina. Diferentemente das divergências legítimas entre historiadores, que acontecem em diálogo e de boa-fé, tais histórias operam por meio da seleção fragmentada e descontextualizada de fatos para sustentar crenças e agendas específicas. A lógica está presente no OSMP, que simplifica e distorce eventos para reforçar identidades regionais e legitimar seu projeto separatista. Ao tratar a Farroupilha como um antecedente direto de suas demandas atuais, o movimento produz uma história alternativa que não busca compreender o passado, mas instrumentalizá-lo.

Como observam Kulaitis e Aver (2023, p. 10), o separatismo defendido pelo OSMP não é apenas um projeto político recente, mas se apoia em um imaginário construído ao longo de décadas, no qual o Sul é representado como distinto. Mais organizado, produtivo, civilizado e, sobretudo, injustiçado dentro do pacto federativo nacional. Dessa maneira, a produção de uma história alternativa é anterior, enraizada em narrativas consolidadas que idealizam a região.

Assim, a análise do uso da memória da Revolução Farroupilha pelo OSMP evidencia que o movimento constrói um passado seletivo e distorcido para atender aos seus próprios propósitos. Em diferentes momentos, o OSMP recorre a alusões históricas para tentar justificar suas reivindicações, não inventando uma narrativa inteiramente nova, mas apropriando-se de elementos verossímeis e os manipulando conforme seus interesses. Desse modo, eventos complexos são convertidos em símbolos simplificados de uma identidade sulista idealizada. Ao transformar a história em ferramenta de legitimação política, o OSMP revela menos sobre o passado que evoca e mais sobre o que pretende projetar.

Considerações Finais

Neste artigo buscamos analisar de que maneira o movimento O Sul é Meu País (OSMP) mobiliza a memória da Revolução Farroupilha em sua narrativa

separatista. Após discutir os conceitos de revisionismo, negacionismo e distorcionismo, adotamos a categoria proposta por Joffily e Ramalho (2024) como a mais adequada para compreender o fenômeno observado. Segundo essa perspectiva, o OSMP não cria uma história inteiramente nova, mas manipula e distorce seletivamente fatos, dados e interpretações para sustentar seus objetivos políticos. Ao relacionar essa prática às diferentes concepções historiográficas sobre a memória da Farroupilha, observamos que a apropriação do conflito não é inédita, mas trata-se de um processo já realizado na história regional.

Além disso, em diálogo com Valencia-García (2020) e Kalpokas (2019), identificamos no discurso do OSMP elementos comuns a movimentos de ultradireita, como a nostalgia por um passado idealizado, a mitologização de figuras e eventos históricos e o reaproveitamento de ideias previamente compartilhadas na cultura regional. Com isso, consideramos que a atuação do OSMP não apresenta originalidade no modo como manipula a memória farroupilha, nem nas estratégias discursivas típicas de movimentos de orientação extremista. Ao instrumentalizar o passado, o movimento revela mais sobre seu projeto político contemporâneo do que sobre a História que manipula. Apesar disso, o movimento continua a reunir apoiadores, e permanece a questão de como nós, historiadores, podemos enfrentar as manipulações do passado que alimentam e fortalecem movimentos marcados pela intolerância e pela disseminação de discursos de ódio.

Referências

AVER, Gabriel Pancera. Redescobrimo o passado e negociando a identidade: considerações sobre a identidade sulista pleiteada pelo movimento separatista “O Sul é o meu país”. **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 13, n. 3, p. 911-932, set./dez. 2023.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. **Ex-prefeito de Laguna (SC) é condenado por fraude em licitação**. Porto Alegre, 27 set. 2016. Disponível em: https://www.trf4.jus.br/trf4/controlador.php?acao=noticia_visualizar&id_noticia=12287. Acesso em: 3 nov. 2025.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Consulta por Zona – Estatísticas de Eleitorado. 2017**. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-de-eleitorado/consulta-por-zona>. Acesso em: 10 nov. 2025.

GRIJÓ, Luiz Alberto. Um “conteúdo inferior”: a luta pela história regional do e no Rio Grande do Sul. In: **História, regiões e fronteiras**. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2012. p. 61-73.

GUTFREIND, Ieda. **A historiografia rio-grandense**. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

JOFFILY, Mariana; RAMALHO, Walderez. Distorcionismo: uma nova categoria de análise para o campo de batalha da história no século XXI. **Tempo**, v. 30, n. 1, p. 1-20, 2024.

KALPOKAS, Ignas. **A Political Theory of Post-Truth**. Cham: Palgrave Pivot, 2019. p. 9-49.

KULAITIS, Fernando; AVER, Gabirel. As fronteiras do pertencimento étnico na pauta separatista do movimento “O Sul é o meu país”. **Sociologias**, v. 25, p. e-soc123675, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/18070337-123675>. Acesso em: 9 nov. 2025.

LEITMAN, Spencer Lewis. **Raízes sócio-econômicas da Guerra dos Farrapos: um capítulo da história do Brasil no século XIX**. (Tradução de Sarita Linhares Barsted). Rio de Janeiro: Graal, 1979.

MENEZES, Cristiane Penning Pauli; MARTINS, Matheus Denardi Paz. As veias abertas do movimento “O Sul é o meu país”: as novas tonalidades do discurso de ódio no Brasil. **Anais do 4º Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade: mídias e direitos da sociedade em rede**. Santa Maria, 2017.

MOVIMENTO O SUL É O MEU PAÍS. **Carta de princípios**. O Sul é Meu País, s.d. Disponível em: <https://osuleomeupais.org/carta-de-principios/>. Acesso em: 10 nov. 2025.

MOVIMENTO O SUL É O MEU PAÍS. **Declarações ao Povo Brasileiro**. O Sul é Meu País, 2007. Disponível em: <https://osuleomeupais.org/>. Acesso em: 10 nov. 2025.

MOVIMENTO O SUL É O MEU PAÍS. **História Sulista: Revolução Farroupilha – Oberdã Pires**. 2025. Vídeo (1h36min37s). Disponível em: <https://www.youtube.com/live/q4mjFOm7etI?si=jjIMwoObDXhX-Wm> . Acesso em: 17 nov 2025.

MOVIMENTO O SUL É O MEU PAÍS. **Plebisul foi um marco histórico para os movimentos liberais, veja seu resultado.** O Sul é o Meu País, 22 nov. 2017. Disponível em: <https://osuleomeupais.org/plebisul/>. Acesso em: 10 nov. 2025.

MUDDE, Cas. La ultraderecha hoy. Barcelona: Paidós, 2021.

NAPOLITANO, Marcos. Negacionismo histórico. In: SZWAKO, José; RATTON, José Luiz (orgs.). **Dicionário dos negacionismos no Brasil**. Recife: Cepe, 2022. p. 216-220.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Uma ideologia em farrapos. **Letras de Hoje**, v. 20, n. 3, 1985.

SCHEIDT, Eduardo. O processo de construção da memória da Revolução Farroupilha. **Revista de História**, n. 147, p. 189-209, 2002.

VALENCIA-GARCIA, Louie Dean. Far-Right Revisionism and the End of History. In: VALENCIA-GARCIA, Louie Dean (ed.). **Far-Right Revisionism and the End of History: Alt/Histories**. Nova Iorque; Londres: Routledge, 2020. p. 3-26.

VALIM, Patrícia; AVELAR, Alexandre de Sã; BEVERNAGE, Berber. Negacionismo: história, historiografia e perspectivas de pesquisa. **Revista Brasileira de História**, v. 41, n. 87, p. 13-36, 2021.

ZALLA, Jocelito; MENEGAT, Carla. História e memória da Revolução Farroupilha: breve genealogia do mito. **Revista Brasileira de História**, v. 31, p. 49-70, 2011.

Laura Vargas Dicheti

Mestranda em História pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), com bolsa CAPES. Graduada em Licenciatura em História pela mesma instituição. Durante a graduação, foi bolsista de Iniciação Científica (FIPE) no projeto Espaço Social e Desigualdades no Sul do Brasil (1750-1930), assim como do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID). Desenvolve pesquisa na área de História Social do Brasil no século XIX, com ênfase em história da família, gênero, elites e hierarquias sociais.
